

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**DIVISÃO DE COMPRAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2019**

**Processo Administrativo n.° 23091.010754/2019-59**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, por meio da Divisão de Licitações, sediada na Av. Francisco Mota, 572, CEP: 59.625-000, Costa e Silva, Mossoró/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: 26/09/2019**

**Horário: 09:00hs (horário de Brasília)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO
   1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a *Contratação dos serviços de* ***recuperação da Vila Universitária Masculina da UFERSA no Campus de Mossoró-RN***, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
   1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 12.364.2080.20RK.0024

Elemento de Despesa: 339039

PI: 108165

1. DO CREDENCIAMENTO
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](https://imsva91-ctp.trendmicro.com/wis/clicktime/v1/query?url=http%3a%2f%2fwww.comprasgovernamentais.gov.br&umid=430E31AC-70A7-6B05-9AA8-F59BA4DC8B50&auth=14cd2a61769b426d6a6f0362faa35895243d54fa-6e2197056396482feb6896ce169217ee94d7ae2f), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
   5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.
   1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
      1. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
      2. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)
      3. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
      4. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
   2. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
3. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
4. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
   * 1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);
   1. Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
   2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
      2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
      5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
      6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
      7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
      8. que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
   3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
5. DO ENVIO DA PROPOSTA
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;
      1. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.
   7. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
   8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.
6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
      1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante.**
      2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
   8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de 1% (um por cento).**
   9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
   10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
   15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
   18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
   19. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
   20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
   21. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
       1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
          1. prestados por empresas brasileiras;
          2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
          3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
   22. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.
   23. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
   24. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
   25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
      1. contenha vício insanável ou ilegalidade;
      2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
      3. apresentar preço manifestamente inexequível.
         1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
   3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
   4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
      1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro para realização de diligencias será de até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado, por igual período, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
      2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;
   5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
8. DA HABILITAÇÃO
   1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
      1. SICAF; e
      2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), que já agrega as seguintes certidões: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA; Licitantes Inidôneos – Inidôneos e Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP.
      3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
         1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
            1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
            2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
      4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
      5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
   2. **Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts.10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.**
      1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
   3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
   4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
   5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.
   6. **Habilitação jurídica:** 
      1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
      2. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
      3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
      4. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
      5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
   7. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
      1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
      2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
      3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
      4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
      5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
      6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
      7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
   8. **Qualificação Econômico-Financeira:** 
      1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
      2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
      3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
      4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
      5. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| SG = | Ativo Total |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| LC = | Ativo Circulante |
| Passivo Circulante |

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido maior ou igual a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação
  1. **Qualificação Técnica:** 
     1. Certidão de Registro e Quitação, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.
        1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado do Rio Grande do Norte, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato;
     2. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de:
        1. Quanto à capacitação técnico-profissional: apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, em nome dos responsáveis técnicos e/ou dos membros da equipe técnica, legalmente habilitados, que se responsabilizarão pelos trabalhos, relativa à execução de serviço de manutenção predial e de infraestrutura prestados em empresas públicas ou privados, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.
        2. Comprovante de que a licitante dispõe de um profissional de Engenharia civil, eletricista, ou outro(s), com atribuições de competências compatíveis com o objeto desta licitação. Este profissional deverá ser o mesmo do (s) atestado (s) de capacidade técnico-profissional. Esta comprovação poderá se dá através de: 1- Apresentação do registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) caso a empresa tenha em seu quadro permanente o profissional em menção; ou; 2- Da comprovação da existência de um contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, caso a empresa já disponha de contrato vigente com um profissional que atenda ao requisito; ou; 3- Através da emissão de uma declaração de aceitação da responsabilidade técnica (**ANEXO VI**) emitida pelo profissional a ser contratado pela empresa para responsabilizar-se pela execução; ou; 4- Através da Certidão de Registro e Quitação da empresa emitida pelo CREA, onde conste o nome deste profissional como integrante do quadro técnico;
        3. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do art. 30, §10, da Lei n.° 8.666/93, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;
     3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, **em nome do licitante**, relativo à execução de serviço de manutenção **predial e de infraestrutura** prestados em empresas públicas ou privados, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.
     4. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo mínimo de 2 (duas) horas e máximo de 2 (dois) dias, a critério do pregoeiro, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [pregao@ufersa.edu.br](mailto:pregao@ufersa.edu.br).
        1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro pode ser prorrogado, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
        2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
     5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
        1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
     6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
     7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
     8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
     9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
     10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

1. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
   1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 2 (duas) horas e máximo de 2 (dois) dias, a critério do pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro pode ser prorrogado, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
   3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
   5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
2. DOS RECURSOS
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
3. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
   1. A sessão pública poderá ser reaberta:
      1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
      2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
   2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
      1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
      2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
5. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
   1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.
6. DO REAJUSTE
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
   2. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observando-se o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta. Para fins de reajustamento, será utilizado o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção).
   3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
   4. O reajuste será realizado por apostilamento.
7. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
   1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
9. DO PAGAMENTO
   1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
    1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
       1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
       2. apresentar documentação falsa;
       3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
       4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
       5. não mantiver a proposta;
       6. cometer fraude fiscal;
       7. comportar-se de modo inidôneo;
    2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
    3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
       1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
       2. Multa 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
       3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
       4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
          1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem **18.1** deste Edital.
       5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
    4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
    5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
    6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
    7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
    8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
    9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
    10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
    11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
    12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
    1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
    2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@ufersa.edu.br, através de envio de arquivo em PDF e Word (o arquivo em Word é necessário para que seja possível a disponibilização do requerido no sistema).
    3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
    4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
    5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
    6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
    7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
    1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
    2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
    3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
    4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
    5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
    6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
    7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
    8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
    9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
    10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
    11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
    12. **O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e** [**www.licitacao.ufersa.edu.br/noticias/**](http://www.licitacao.ufersa.edu.br/noticias/)**.**
    13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
        1. ANEXO I - Termo de Referência;
        2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
        3. ANEXO III - Declaração de contratos firmados com a iniciativa Privada e a Administração Pública;
        4. ANEXO IV - Modelo de Proposta de preços;
        5. ANEXO V - Modelo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR.
        6. ANEXO VI - Declaração de aceitação da responsabilidade técnica
        7. ANEXO VII – Modelo de Atestado de Vistoria.
        8. ANEXO VIII – Modelo de declaração de desistência de vistoria
        9. ANEXO IX - Declaração de responsabilidade exclusiva sobre quitação de encargos trabalhistas e sociais
        10. ANEXO X – Planilha de Composição do BDI;
        11. ANEXO XI – Tabelas constitutivas de contribuições e tributos
        12. ANEXO XII - Cronograma Físico-Financeiro (disponível em arquivo .XLS)
        13. ANEXO XIII – Memorial descritivo e especificações técnicas
        14. ANEXO XIV – Planilha Orçamentária Sintética;
        15. ANEXO XV - Composições Analíticas com Preço Unitário (disponível em arquivo .XLS)
        16. ANEXO XVI - Modelo de declaração de que instalará escritório na cidade de Mossoró/RN;
        17. ANEXO XVII – Projetos. (disponível em arquivo zipado)

........................................... , ......... de ................................. de 20.....

**Assinatura da autoridade competente**

ANEXO I



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**DIVISÃO DE COMPRAS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**

1. **DO OBJETO**
   1. **Serviços de recuperação da Vila Universitária Masculina da UFERSA no Campus de Mossoró-RN**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **VALOR ESTIMADO**  **(R$)** |
| 1 | Serviços de recuperação da Vila Universitária Masculina da UFERSA no Campus de Mossoró-RN | R$ 1.360.650,79 |

1. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
   1. A ampliação do acesso, com qualidade, ao ensino superior, à pesquisa e à extensão, através de medidas de interiorização da oferta de cursos de graduação nos campus avançados da UFERSA, culminou na necessidade de criação de unidades destinadas à habitação temporária para os discentes dos cursos de graduação presenciais que não dispõem de residência familiar na cidade de Mossoró-RN. Neste sentido, a Administração da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, considerando a condições de deterioração das 17 (dezessete) casas da Vila Universitária Masculina da UFERSA no Campus de Mossoró-RN, visando dar maior conforto e segurança aos discentes usuários, resolve: realizarserviços gerais de recuperação da infraestrutura das casas da Vila Universitária Masculina. Considerando, ainda, os recursos disponibilizados pelo Governo Federal, especificamente para este fim, através do Plano Nacional de Assistência Estudantil, a Administração da Universidade Federal Rural do Semi-Árido decide, em conformidade com a Lei nº 12.462/2011 e o Decreto nº 7.581/2011, providenciar a abertura de licitação pública para a contratação de pessoa jurídica especializada para executar os **Serviços *recuperação da Vila Universitária Masculina da UFERSA no Campus de Mossoró-RN***
2. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.
   2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
   3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
3. **DA** **VISTORIA**
   1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, devendo a licitante realizar vistoria nas condições abaixo:
   2. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7h:30min às 11h30min e da 13h30min às 17h:30min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (84) 3317-8279;
   3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura do certame;
   4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.
   5. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas para [pregao@ufersa.edu.br](mailto:pregao@ufersa.edu.br) antes da data fixada para a sessão pública.
4. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
      1. Executar os serviços conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo emitido pela CONTRATANTE seguindo o escopo da respectiva planilha orçamentária específica contendo detalhadamente os quantitativos dos serviços a serem executados e respectivos códigos do SINAPI, SEINFRA ou ORSE;
      2. Apresentar à UFERSA a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA;
      3. Fornecer todos os materiais, ferramentas, equipamentos e utensílios a serem utilizadas para execução do serviço objeto deste Contrato;
      4. Empregar pessoal devidamente qualificado e em quantitativos condizente;
      5. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços e/ou durante a execução das atividades caso necessário;
      6. Identificar com fardamento da CONTRATADA todos os funcionários designados para a execução dos serviços solicitados pela CONTRATANTE;
      7. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a UFERSA;
      8. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;
      9. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;
      10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para a UFERSA;
      11. Repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de prestação de serviço em desacordo com as condições pactuadas;
      12. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados ou prepostos, diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
      13. Fornecer diretamente o objeto licitado, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
      14. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela UFERSA, relacionados com as características dos serviços oferecidos;
      15. Executar diretamente o objeto do presente contrato, não sendo admitidas a subcontratação (terceirização), cessão ou transferência total ou parcial. A fusão, cisão ou incorporação serão admitidas, somente, com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE;
      16. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que, praticada por seus funcionários quando da execução dos serviços objeto deste contrato;
      17. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
      18. Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus;
      19. Não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas;
5. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
   1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
      1. Os lances serão ofertados na modalidade, considerando o valor estimado para despesas de R$ 1.360.650,79 (um milhão e trezentos e sessenta mil e seiscentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos);
      2. Caso o SINAPI seja substituído pelo Governo Federal por outra referência oficial de custos e preços da construção civil, o novo sistema sucederá o SINAPI automaticamente neste CONTRATO.
      3. Para a estimativa da despesa dos serviços foi estimado pela UFERSA o BDI de 23,05%, considerando a composição apresentada no Quadro 01, que teve como base no Acórdão nº 2.622/2013 – TCU/Plenário:

**Quadro I – composição de BDI para obras e serviços de engenharia**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  | **SERVIÇOS** |
| **I - TRIBUTOS** | | | | | | **6,90%** |
| ISS | | | | | | 3,25% |
| PIS | | | | | | 0,65% |
| COFINS | | | | | | 3,00% |
| CPRB[[1]](#footnote-2) | | | | | | 0,00% |
|  | | | | | |  |
| **AC - TAXA DE RATEIO DA ADMNISTRAÇÃO CENTRAL** | | | | | | **4,00%** |
|  | | | | | |  |
| **S + G - SEGUROS E GARANTIAS** | | | | | | **0,80%** |
|  | | | | | |  |
| **R - RISCOS** | | | | | | **1,25%** |
|  | | | | | |  |
| **DF - DESPESAS FINANCEIRAS** | | | | | | **1,20%** |
|  | | | | | |  |
| **L -LUCRO** | | | | | | **6,74%** |
|  | | | | | |  |
| **CÁLCULO DO BDI (%)** | | | | | | **23,05** |

**NOTA 1:** Percentuais meramente indicativos, estimados pela administração da UFERSA, devendo cada licitante elaborar a sua própria estimativa, contendo suas especificações detalhadamente.

1. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**
   1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias para que os serviços sejam executados dentro do cronograma que será fornecido pela UFERSA, promovendo sua substituição quando necessário.
   2. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer às Normas intituladas Práticas SEAP, de manutenção e Construção de Obras Públicas, instituídas pela Portaria MARE nº 2.296 de 23 de julho de 1997 e às demais normas brasileiras atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas.
2. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO** 
   1. A execução dos serviços será iniciada mediante emissão prévia de Ordem de Serviço – OS, devidamente acompanhada da planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.
   2. **A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço – OS;**
   3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   4. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o sanamento das impropriedades detectadas;
   5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
   6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado de cada ordem de serviço.
   7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   8. Independente da vigência do contrato, os serviços executados deverão ter garantia mínima de 05 (cinco) anos, contado do Recebimento definitivo dos serviços;
   9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
3. **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**
   1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
      1. Os resultados alcançados, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
      2. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
      3. A adequação dos serviços prestados à rotina da execução estabelecida;
      4. O cumprimento das demais obrigações; e
      5. A satisfação do público usuário.
4. **MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
   1. O acompanhamento e a fiscalização do serviço serão de responsabilidade dos Servidores indicados pela Superintendência de Infra-Estrutura – SIN, designado por Portaria da PROAD, anexa ao processo, cabendo a estes anotar e registrar todas as ocorrências verificadas durante a execução da contratação.
   2. A comunicação entre a fiscalização do serviço e a CONTRATADA será realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
   3. Aos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, designados pela UFERSA, caberão o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação com seus Anexos.
   4. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato poderão ser processados nos termos dos arts. 39 a 47 da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017.
   5. Os servidores indicados para fiscalizar o contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
   6. O pagamento, referente aos serviços prestados a UFERSA, será realizado mensalmente tomando por base a prestação de serviço realizada no mês de referência, mediante a apresentação de Nota Fiscal.
   7. Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal para pagamento mensal e como condição indispensável para emissão do ateste pelo Fiscal do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do contrato o seguinte documento, que será analisado para posterior cálculo e emissão da Nota Fiscal:
   8. Relatório mensal das atividades, com apresentação do cálculo do valor mensal dos serviços, devendo conter os seguintes elementos

a) Discriminação detalhada dos serviços realizados por item contratada, acompanhada da respectiva memória de cálculo;

b) Espaço para observações pertinentes;

c) Data da emissão do relatório;

d) Assinatura do responsável técnico da CONTRATADA.

* 1. O fiscal promoverá a análise do relatório e dos valores a serem pagos pelos serviços efetivamente prestados no período, e informará para o Representante da CONTRATADA o valor correto para emissão da Nota Fiscal.
  2. O fiscal deverá a cada medição ajustar o pagamento devido à contratada de acordo com a aplicação dos indicadores constantes no instrumento de medição de resultado (IMR).
     1. O instrumento de medição de resultado (IMR) será aplicado para cada medição por ordem de serviço.
  3. O pagamento será executado, mensalmente no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal de Serviços à Contratada, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93 e outros documentos legais e/ou contratuais determinados pelo fiscal do contrato.
  4. As demais regras relativas à gestão contratual estarão dispostas na legislação que rege a matéria.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
   3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.
   6. Indicar os locais necessários ao abastecimento da frota;
   7. Fornecer a relação de usuários e frota a serem cadastrados para execução contratual;
   8. Indicar fiscal do contrato;
2. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
   2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
   3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
   4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
   5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;
   6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
   7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
   8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
   9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
   10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
   11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
   12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
   13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
   14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
   15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
   16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
   17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
   18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
   19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
   20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
   21. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a”e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
   22. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
   23. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
   24. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
   25. Orientar seus empregados quanto à ambientação e prática do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA (disponível em <https://reitoria.ufersa.edu.br/comissoes/pls/documentos-importantes/>) nas rotinas de execução das atividades realizadas pelos mesmos.
3. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
4. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
5. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
   2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
   3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
   5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

* 1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
  2. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
  3. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
  4. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
  5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
  6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
  7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
  8. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
  10. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
  11. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
  12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1. **REAJUSTE**
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
   2. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observando-se o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta. Para fins de reajustamento, será utilizado o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção).
   3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
   4. O reajuste será realizado por apostilamento.
2. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**
   1. A prestação de garantia pelo Contratado é condição de execução do contrato, conforme previsto neste instrumento convocatório.
   2. O Contratado, a sua escolha, poderá optar por uma, e somente uma, das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro;

b) fiança bancária;

c) seguro-garantia;

d) caução em títulos da dívida pública.

* 1. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
  2. O valor da garantia, em quaisquer de suas modalidades, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ressalvado o valor da garantia na modalidade caução em dinheiro, que corresponderá a 3% (três por cento) do valor do contrato.
     1. Somente será admitida a prestação de caução em dinheiro no percentual de 3% (três por cento) do valor do contrato quando prestada sem atraso, nos termos do item a seguir. Incorrendo o Contratado em atraso, também a caução em dinheiro passa a ser exigida no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
  3. A garantia, em quaisquer de suas modalidades, deverá ser prestada até o prazo de 10 (dez) dias da assinatura do Contrato, ressalvada a garantia na modalidade caução em dinheiro, que poderá ser prestada até o prazo de 15 (quinze) dias da assinatura do contrato.
     1. A não apresentação da garantia no prazo respectivo sujeitará o Contratado à multa moratória, no percentual de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por cada dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, a ser apurada em procedimento administrativo.
     2. A abertura de procedimento administrativo por motivo de atraso na comprovação da garantia e, portanto, para apuração da multa moratória não interrompe a execução do contrato, salvo se, cautelarmente, assim decidir o Contratante.
     3. A apresentação da garantia com atraso não exime o Contratado do pagamento da multa moratória, a ser apurada em procedimento administrativo, quando o Contratado não proceder ao seu pagamento voluntário juntamente com a apresentação da garantia.
     4. Expirados os 30 (trintas) dias sem que a garantia tenha sido apresentada, o Contrato poderá ser rescindindo.
     5. Caso haja a rescisão contratual por não apresentação da garantia, o Contratado ficará sujeito também à multa por inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, a ser devidamente apurado em procedimento administrativo para esta finalidade.
  4. A garantia, em quaisquer de suas modalidades – **e a fiança bancária ou o seguro-garantia deve prever isso expressamente** –, será utilizada, total ou parcialmente, para cobrir o que se lista a seguir:

a) multa de natureza moratória;

b) multa por descumprimento de obrigações contratuais em geral;

c) multa por inexecução total ou parcial do contrato;

d) quaisquer outras multas previstas na legislação que regula as licitações e as contratações públicas;

e) multas e ressarcimentos referentes a atos de improbidade praticados;

f) indenizações relativas a danos contra a administração pública, em especial valores devidos ao Contratante por danos causados pela má-execução do contrato;

g) saldos de salários e verbas rescisórias trabalhistas de qualquer natureza, bem como FGTS, contribuição previdenciária e quaisquer outros valores devidos aos empregados envolvidos com a execução do contrato;

h) ressarcimento de valores, de qualquer natureza, devido ao Contratante, por ocasião de repasses indevidos realizados.

* 1. A caução em dinheiro deverá ser depositada em conta específica para esta finalidade, indicada pelo Contratante.
     1. O comprovante do depósito deverá ser autuado no processo a que se vincula o Contrato.
     2. O Contratado poderá optar por prestar a caução em dinheiro, também no percentual de 3% (três por cento) do valor do contrato, mediante dedução nas duas primeiras faturas. Nesse caso, deverá solicitar ao Contratante, dentro do prazo que dispõe para apresentar essa modalidade de garantia, para que assim proceda, situação na qual será deduzido o percentual de 1,5% (um e meio por cento) do valor do contrato de cada fatura.
     3. A caução em dinheiro exige que o contratado assine declaração dispondo estar ciente de que o valor depositado a título de garantia cobre todos os eventos previstos no **item 17.6**, letras “a” a “h”, durante toda a execução do contrato, incluindo eventuais prorrogações de prazo.
     4. A caução em dinheiro deverá ser complementada proporcionalmente aos valores que eventualmente forem adidos ao valor inicial do contrato.
     5. A complementação da garantia, também em dinheiro, deverá ser efetivada no prazo de até 15 (quinze) dias da assinatura dos respectivos aditivos.
     6. A não-complementação da caução em dinheiro sujeitam o Contratado ao procedimento disposto no **item 17.5**.
     7. Ao fim do processo, não havendo motivos para execução da garantia, esta será devolvida integralmente ao Contratado, corrigida monetariamente, ou o remanescente, caso tenha sido executada parcialmente.
     8. O Contratante, de ofício ou a requerimento do Contratado, terá o prazo de até 30 (trinta) dias, após o término do Contrato, para efetivar o levantamento da importância relativa à garantia.
  2. O instrumento de contrato ou documento equivalente referente à fiança bancária ou ao seguro-garantia **deverão conter expressamente** disposição no sentido de cobrir, durante toda a vigência do contrato, todos os eventos previstos no item **17.6**, letras “a” a “h”; e, no caso de fiança bancária, deverá constar ainda renúncia do fiador ao benefício a que dispões o art. 827 do Código Civil.
     1. O Contratante recusará a fiança bancária ou o seguro-garantia que não entender ao disposto acima, oficiando o Contratado para que a corrija ou preste outra modalidade de garantia.
     2. A fiança bancária ou o seguro-garantia deverá ser complementado, nos mesmo termos dispostos no **item 17.8**, proporcionalmente aos valores que eventualmente forem adidos ao valor inicial do contrato, ou no caso de prorrogação da vigência contratual.
     3. A complementação da garantia deverá ser efetivada no prazo de até 10 (dez) dias da assinatura dos respectivos aditivos.
     4. A não-complementação da fiança bancária ou do seguro-garantia sujeitam o Contratado ao procedimento disposto no **item 17.5**.
     5. Ao fim do processo, não havendo motivos para execução da garantia, haverá a devolução da apólice ou da carta fiança, acompanhada de declaração do Contratante de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
  3. A caução em títulos da dívida pública só será válida e, portanto, aceita pela Contratante, se os títulos tiverem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
  4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

1. **DO PAGAMENTO**
   1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
      1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
   3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
      1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
   4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
      1. o prazo de validade;
      2. a data da emissão;
      3. os dados do contrato e do órgão contratante;
      4. o período de prestação dos serviços;
      5. o valor a pagar; e
      6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
   5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
   6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
      1. não produziu os resultados acordados;
      2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
      3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
   7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
   9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
   10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
   11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
   13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
       1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
   14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
   15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
   16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |
| 365 |

1. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo e cometer fraude fiscal.
   2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
      1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
      2. Multa de:
         1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
         2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
         3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
         4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
         5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
         6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
      3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
      4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
      5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
   3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
   4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INFRAÇÃO | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 6 | Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 8 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 9 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

* 1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
     1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
  3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ANEXO II

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_/\_\_\_\_**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ......../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA) E A EMPRESA .............................................................**

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido, com sede na Av. Francisco Mota, 572, Costa e Silva, CEP: 59625000, na cidade de Mossoró/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24529265/0001-40, neste ato representado(a) pelo(a) ......................... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ......, de ..... de ..................... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ............... de ..........., inscrito(a) no CPF nº ...................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ...................................., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº .............................. e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Nº 6.120, de 15 de outubro de 1974 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ........../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**
   1. O objeto do presente instrumento é a c*ontratação dos serviços de* ***recuperação da Vila Universitária Masculina da UFERSA no Campus de Mossoró-RN*** que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detalhamento das quantidades e valores dos itens contratados

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO/  ESPECIFICAÇÃO | *Valor da proposta* |
| 1 | *Contratação dos serviços de* ***recuperação da Vila Universitária Masculina da UFERSA no Campus de Mossoró-RN*** |  |

1. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**
   1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 18 (dezoito) meses, com início na data de .........../......../........ e encerramento em .........../........./...........
   2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.
   3. A execução dos serviços será iniciada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (indicar a data ou evento para o início dos serviços), cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.
   4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.
2. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**
   1. O valor total da contratação é de **R$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).**
   2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
   3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice Índice Nacional de Custo de Construção (INCC) ou outro que vier a substituí-lo.
3. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**
   1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017
2. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**
   1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
   2. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observando-se o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta. Para fins de reajustamento, será utilizado o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção).
   3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
   4. O reajuste será realizado por apostilamento.
3. ***CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO***
   1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.
4. **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**
   1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
5. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
   1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
7. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
      1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
      2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
      3. Indenizações e multas.
8. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**
   1. É vedado à CONTRATADA:
      1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
      2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
9. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.
   2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
   3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**
    1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**
    1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**
    1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Mossoró/RN, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Constituição.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..........................................., .......... de.......................................... de 20.....

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- CPF.:

2- CPF.:

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,

inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrição estadual nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, possui

os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato Valor total do Contrato\*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Valor total dos Contratos R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

**Nota 1**: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

**Nota 2**: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

ANEXO IV

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANILHA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS** | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **VALOR ESTIMADO** | **VALOR DA PROPOSTA** | |
| 01 | *Serviços de recuperação da Vila Universitária Masculina da UFERSA no Campus Mossoró-RN* | R$ 1.360.650,79 |  |  |
| a) Os valores acima são para composição do valor total a ser contratado. Os valores a serem pagos mensalmente, serão os relativos aos serviços efetivamente executados. | | | | |
| b) Os valores acima deverão compreender além do lucro, encargos sociais, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram da prestação de serviços do objeto licitado. | | | | |
| c) Na proposta de preços, estará incluso o BDI de \_\_\_\_\_\_\_% conforme composição anexa. | | | | |
| **DADOS DO PROPONENTE:** | | | | |
| Nome/Razão Social: | | | | |
| CNPJ: | | | | |
| Endereço completo: | | | | |
| Telefone/Fax: | | | | |
| E-mail: | | | | |
| Validade da proposta ( não inferior a 60 dias): | | | | |
|  | | | | |
| Mossoró, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019. | | | | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (Assinatura do responsável) | | | | |

ANEXO V

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

1. **DA DEFINIÇÃO**
   1. Este anexo é parte indissociável do Contrato XX/XXXX firmado a partir do Edital XX/2019 e de seus demais anexos.
   2. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
   3. Este anexo é parte indissociável do(s) Contrato(s) firmado(s) a partir deste Edital de Pregão Eletrônico da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.
   4. A fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto neste anexo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
      1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
      2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; e
      3. Descumprir obrigações contratuais e legais.
   5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
   6. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
   7. O preposto da contratada poderá solicitar ao fiscal do contrato a avaliação de nível dos serviços;
   8. O preposto da contratada deverá apor assinatura na avaliação de nível dos serviços, tomando ciência da avaliação realizada;
   9. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
   10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
   11. É vedada a atribuição à contratada para a realização da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços executados;
   12. O fiscal do contrato poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
   13. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período da medição, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
2. **DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO**

**2.1**. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 06 (seis) indicadores de qualidade: atraso no pagamento de salários e outros benefícios, atraso no pagamento de encargos sociais (FGTS e INSS), Atraso no cronograma de execução dos serviços, tempo de resposta às solicitações da Contratante, uso de EPI's e uniformes e outras obrigações contratuais diversas.

**2.2**. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem).

2.2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade.

|  |  |
| --- | --- |
| **Indicador** | |
| **Nº 01** Atraso no Pagamento de Salários e Outros Benefícios | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Mitigar ocorrências de atrasos de pagamentos de Salários e  outros Benefícios. |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência no período da medição |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrências |
| Forma de acompanhamento | Pelo fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | no período da medição |
| Mecanismo de Cálculo | Identificação de ocorrência de atraso no período da medição. |
| Início de Vigência | A partir do início da prestação de serviço |
| Faixas de ajuste no pagamento | - Sem ocorrências = 20 Pontos;  - Uma ou mais ocorrências de atraso = 0 Ponto. |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| **Indicador** | |
| **Nº 02** Atraso no pagamento de encargos sociais (FGTS e INSS) | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Mitigar ocorrências de atrasos de pagamentos de encargos sociais (FGTS e INSS) |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência no período da medição |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrências |
| Forma de acompanhamento | Pelo fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | no período da medição |
| Mecanismo de Cálculo | Identificação de ocorrência de atraso no período da medição. |
| Início de Vigência | A partir do início da prestação de serviço |
| Faixas de ajuste no pagamento | - Sem ocorrências = 20 Pontos;  - Uma ou mais ocorrências de atraso = 0 Ponto. |
| Sanções | Ver item 3.2 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Indicador** | |
| **Nº 03** Atraso no cronograma de execução dos serviços | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Executar o serviço dentro do prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro da ordem de serviço |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência no período da medição referente a ordem de serviço |
| Instrumento de medição | Comparação entre o percentual executado e o previsto no cronograma físico-financeiro da ordem de serviço |
| Forma de acompanhamento | Pelo fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | no período da medição |
| Mecanismo de Cálculo | Identificação de ocorrência de atraso no período da medição |
| Início de Vigência | A partir do início da prestação de serviço |
| Faixas de ajuste no pagamento | - Sem ocorrências = 25 Pontos;  - Uma ou mais ocorrências de atraso = 0 Pontos; |
| Sanções | Ver item 3.2 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Indicador** | |
| **Nº 04** Tempo de Resposta às solicitações da Contratante | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Mensurar a agilidade no atendimento das solicitações |
| efetuadas pela Administração. |
| Meta a cumprir | Atendimento pela Contratada dentro do prazo concedido pela Contratante. |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrências |
| Forma de acompanhamento | Pelo Fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | Por evento/solicitação à Contratante/preposto. |
| Mecanismo de Cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta |
| Início de Vigência | A partir do início da prestação do serviço |
| Faixas de ajuste no pagamento | - Sem ocorrências: 15 pontos |
| - 01 ocorrência = 10 pontos |
| - 02 ocorrências = 05 pontos |
| - 03 ocorrências = 02 pontos |
| - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto |
|  |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| Observações | O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante conforme prazo estabelecido na notificação ou conforme estabelecido em edital, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo. |
|

|  |  |
| --- | --- |
| **Indicador** | |
| **Nº 05** Uso dos EPI's e Uniformes | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Mensurar o atendimento às exigências específicas |
| relacionadas à Segurança do Trabalho, fornecimento e uso de |
| Uniformes |
| Meta a cumprir | Nenhuma ocorrência no período da medição |
| Nenhuma ocorrência no período da medição | Constatação formal de ocorrências |
| Constatação formal de ocorrências | Pelo fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | Diária, com aferição no período da medição |
| Mecanismo de Cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas no período da medição (pessoa/dia). |
|
| Início de Vigência | A partir do início da prestação do serviço: |
| Faixas de ajuste no pagamento | - Sem ocorrências: 10 pontos |
| - 01 ocorrência = 05 pontos |
| - 02 ocorrências = 02 pontos |
| - 03 ocorrências = 01 pontos |
| - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto |
|  |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| **Indicador** | |
| **Nº 06** Outras obrigações contratuais diversas | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Mensurar ocorrências de inadimplemento de obrigações contratuais diversas |
| Meta a cumprir | Cumprir obrigações contratuais |
| Instrumento de medição | Constatação formal de ocorrências |
| Forma de acompanhamento | Pelo Fiscal do Contrato através de Registros. |
| Periodicidade | Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais |
| Mecanismo de Cálculo | Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta |
| Início de Vigência | A partir do início da prestação do serviço |
| Faixas de ajuste no pagamento | - Sem ocorrências: 10 pontos  - 01 ocorrência = 05 pontos  - 02 ocorrências = 02 pontos  - 03 ocorrências = 01 ponto  - 04 ou mais ocorrências = 00 ponto |
| Sanções | Ver item 3.2 |
| Observações | O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto ao cumprimento das obrigações contratuais não especificadas nos indicadores 1, 2 e 3, assim como, treinamento, funcionários em nível de escolaridade adequados, substituição de funcionários faltosos por funcionário e por dia, dentre outras obrigações contratuais. |

1. **FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO**
   1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o período da medição, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.
   2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, sendo que os pagamentos devidos, relativos a cada período da medição, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Faixas de Pontuação de qualidade de serviço** | **Pagamento Devido** | **Fator de Ajuste do Instrumento de Medição de Resultado** |
| De 80 a 100 pontos | 100% do valor previsto | 1,00 |
| De 70 a 79 pontos | 97% do valor previsto | 0,97 |
| De 60 a 69 ponto | 95% do valor previsto | 0,95 |
| De 50 a 59 pontos | 93% do valor previsto | 0,93 |
| Abaixo de 50 pontos | 90% do valor previsto | 0,90 |
| Valor devido por ordem de serviço = [(Valor previsto no período da medição) x (Fator de ajuste de nível de serviço)] | | |

* 1. A avaliação abaixo de 50 pontos por 03 (três) vezes poderá motivar aplicação de sanções conforme instrumento contratual deste edital, a exemplo de multa e/ou a rescisão do Contrato.
  2. O ajustamento do pagamento de acordo com a pontuação obtida no IMR, não impede a contratante aplicar as sanções previstas no Edital e seus respectivas anexos.

1. **CHECK LIST PARA AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Indicador** | **Critério (Faixas de Pontuação)** | **Pontos** | **Avaliação** |
| 1) Atraso no Pagamento de salários e outros benefícios. | Sem ocorrências | 20 Pontos |  |
| Uma ou mais ocorrências | 00 Pontos |
| 2) Atraso no Pagamento de encargos sociais (FGTS e INSS). | Sem ocorrências | 20 Pontos |  |
| Uma ou mais ocorrências | 00 Pontos |
| 3) Atraso no cronograma de execução dos serviços | Sem ocorrências | 25 pontos |  |
| Uma ou mais ocorrências | 00 pontos |
| 4) Tempo de Resposta às solicitações da Contratante. | Sem ocorrências | 15 pontos |  |
| 01 ocorrência | 10 pontos |
| 02 ocorrências | 05 pontos |
| 03 ocorrências | 02 pontos |
| 04 ou mais ocorrências | 00 pontos |
| 5) Uso dos EPI's e Uniformes. | Sem ocorrências | 10 Pontos |  |
| 01 ocorrência | 05 pontos |  |
|  | 02 ocorrências | 02 pontos |  |
|  | 03 ocorrências | 01 pontos |  |
|  | 04 ou mais ocorrências | 00 pontos |  |
| 6) Outras obrigações contratuais diversas. | Sem atrasos: | 10 pontos |  |
| 01 ocorrência | 05 pontos |  |
| 02 ocorrências | 02 pontos |  |
| 03 ocorrências | 01 ponto |  |
| 04 ou mais ocorrências | 00 pontos |  |

Pontuação Total do Serviço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Período da Avaliação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FISCAL DO CONTRATO

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo do profissional), CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (área de atuação) CREA nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara que é conhecedor das condições constantes no Pregão Eletrônico nº XX/2019 da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA e que aceita participar da Equipe Técnica da Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, caso a mesma venha a ser vencedora do referido certame licitatório.

Mossoró/RN, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome

RG e CPF

ANEXO VII

**Modelo de Atestado de Vistoria;**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar os **Serviços de Recuperação de Edificações do Campus da UFERSA em Angicos/RN**

Atestamos, para fins de participação no processo licitatório em referência, que a empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, através do seu responsável técnico, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, carteira do CREA n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, fez a vistoria nos locais onde serão executados os serviços do presente pregão.

Mossoró/RN, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

UFERSA LICITANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura do representante da UFERSA) (assinatura do representante do responsável técnico)

Nome do representante da UFERSA Nome do representante ou responsável técnico

Matrícula SIAPE Matrícula CREA

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2019**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DECLARA, abrir mão da VISTORIA ao local da execução do serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante da Licitante

CPF nº

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA SOBRE QUITAÇÃO DE**

**ENCARGOS TRABALHISTAS E SOCIAIS**

À

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

(nome da licitante), inscrita no CNPJ nº\_\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, expedido em \_\_\_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, caso seja declarada vencedora da licitação, para fins do Inciso III do art. 2º da Instrução Normativa nº 06 SEGES/MPDG, de 06/07/2018, quepossui responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato oriundo do Pregão Eletrônico nº xx/2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal da Licitante

(nome e assinatura)

ANEXO X

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  | **SERVIÇOS** | **EQUIPAMENTOS** |
| **I - TRIBUTOS** | | | | | | **6,65%** | **3,65%** |
| ISS | | | | | | 3,00% | 0,00% |
| PIS | | | | | | 0,65% | 0,65% |
| COFINS | | | | | | 3,00% | 3,00% |
| CPRB[[2]](#footnote-3) | | | | | | 0,00% | 0,00% |
|  | | | | | |  |  |
| **AC - TAXA DE RATEIO DA ADMNISTRAÇÃO CENTRAL** | | | | | | **4,00%** | **3,45%** |
|  | | | | | |  |  |
| **S + G - SEGUROS E GARANTIAS** | | | | | | **0,80%** | **0,48%** |
|  | | | | | |  |  |
| **R - RISCOS** | | | | | | **1,27%** | **0,85%** |
|  | | | | | |  |  |
| **DF - DESPESAS FINANCEIRAS** | | | | | | **1,23%** | **0,85%** |
|  | | | | | |  |  |
| **L -LUCRO** | | | | | | **6,98%** | **5,10%** |
|  | | | | | |  |  |
| **CÁLCULO DO BDI (%)** | | | | | | **23,05%** | **15,27%** |

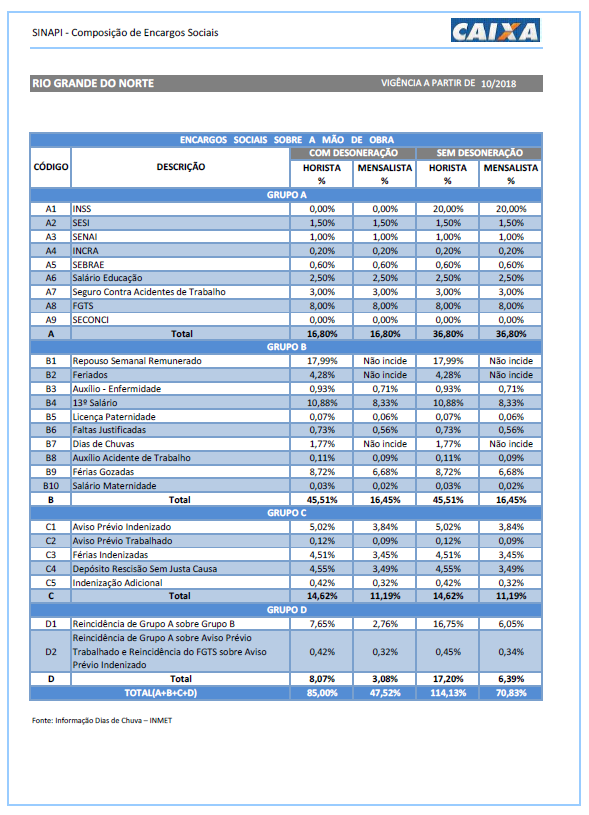
OBSERVAÇÕES:

Composição do BDI, conforme orientações do Acórdão do TCU nº 2.622/2013 – Plenário.



ANEXO XI

**TABELAS CONSTITUTIVAS DE CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS**

****

ANEXO XIII

**MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | PROPRIETÁRIO: | | |
| **UFERSA** | | |
| SETOR RESPONSÁVEL: | | |
| **SUPERINTENDÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA** | | |
| OBRA: | | | |
| **SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA VILA UNIVERSITÁRIA MASCULINA DA UFERSA NO CAMPUS DE MOSSORÓ-RN** | | | |
| ASSUNTO: | | Nº DE FOLHAS: | DATA: |
| **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** | | **15** | **AGOSTO/2019** |

**MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

CONTRATANTE:

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

SERVIÇO CONTRATADO:

**SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA VILA UNIVERSITÁRIA MASCULINA DA UFERSA NO CAMPUS DE MOSSORÓ-RN**

ENDEREÇO DA OBRA:

**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFERSA, MOSSORÓ - RN**

**SUMÁRIO**

**1.0 - OBJETIVO**

**2.0 - INTRODUÇÃO**

**3.0 - DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO**

**4.0 - CONDICIONAMENTO AMBIENTAL E ESPACIAL**

**5.0 – ESTAPAS DA OBRA**

**1 – SERVIÇOS PRELIMINARES**

**2 – REVESTIMENTO**

**3 – PINTURA**

**4 – FORRO**

**5 – INSTALAÇÕES ELETRICAS**

**6 – INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS**

**7 – ESQUADRIAS**

**8 – COBERTURA**

**9 – DIVERSOS**

**10 – PISOS INTERNOS**

**11 – URBANIZAÇÃO**

**12 – ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

***1.0 - OBJETIVO***

O presente documento trata-se de um memorial descritivo acerca dos **SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA VILA UNIVERSITÁRIA MASCULINA DA UFERSA NO CAMPUS DE MOSSORÓ-RN**.

***2.0 - INTRODUÇÃO***

Os serviços de recuperação serão realizados em residências de pavimento térreo na Vila Universitária Masculina UFERSA no município de Mossoró-RN. O escopo dos serviços consiste na reforma de um total de 17 (dezessete) casa, composta por 2 (dois) quartos com 6 (seis) camas de alvenaria cada, 4 (quatro) banheiros, cozinha, refeitório, área de serviço e varanda, totalizando 133,50 m² de área construída por casa.

A reforma não será igual em todas as casas, visto que 5 (cinco) das 17 (dezessete) casas possuem piso cerâmico que será demolido, regularizado e posteriormente executado piso industrial de alta resistência. As demais casas que já possuem piso industrial receberão polimento nos mesmos.

As novas instalações de água fria serão alimentadas por 2 (dois) reservatórios de 2.000 litros para cada casa, sendo estes abastecidos pela rede de distribuição de água potável do Campus Oeste. Faz-se necessária a execução de adaptações para instalação dos reservatórios supracitados.

As novas instalações elétricas serão executadas através de eletrodutos embutidos nas paredes e fixados na trama do telhado no trecho sobre o forro. Todos os pontos de iluminação e tomada, bem como o quadro de distribuição elétrica serão executados com base em um projeto elétrico de novas instalações.

Quanto ao aspecto estético da edificação, o projeto prevê a continuidade do estilo já implantado nas demais edificações do Campus Mossoró, ou seja: estrutura convencional de concreto armado; alvenaria chapiscada, rebocada e pintada, sendo revestida com cerâmica 10x10cm até altura de 1,20m nos ambientes internos e revestida com textura acrílica nas fachadas externas; cobertura com telha colonial disposta sobre estrutura de madeira; revestimento (paredes) cerâmico nos banheiros, cozinha e área de serviço; piso industrial nos ambientes internos, com exceção dos banheiros com piso cerâmico; forro em PVC; entre outros acabamentos que serão vistos mais detalhadamente no decorrer deste memorial.

***3.0 – AMBIENTES INTERNOS DA EDIFICAÇÃO***

|  |  |
| --- | --- |
| **Ambiente** | **Área** |
| **Nome** | **(m²)** |
| Quarto 01 | 34,20 |
| Quarto 02 | 34,20 |
| Banheiro 01 | 3,02 |
| Banheiro 02 | 3,02 |
| Banheiro 03 | 3,70 |
| Banheiro 04 | 3,70 |
| Varanda | 9,23 |
| Refeitório | 12,82 |
| Cozinha | 5,55 |
| Área de serviço | 10,80 |
| **Área Útil Total** | **120,24** |

***4.0 - CONDICIONAMENTO AMBIENTAL E ESPACIAL***

O projeto propõe entradas de luz e ventilação natural em todos os ambientes, através da implantação de janelas.

A organização espacial interna da edificação foi determinada com base na criação de espaços amplos, funcionais, iluminados por janelas em alumínio e vidro.

***5.0 – ETAPAS DA OBRA***

***1 - Serviços preliminares***

***Placa da obra***

Deverá ser confeccionada uma placa de obra padrão, de acordo com o modelo fornecido pela CONTRATANTE. A mesma deverá ser fixada e mantida na área de intervenção em local destacado e visível, a partir da data de autorização para o início das obras.

***Regularização da obra***

Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a legalização da obra, conforme contrato assinado com a CONTRATANTE.

***Demolição de Revestimento Cerâmico***

Como descrito anteriormente, 5 (cinco) das 17 (dezessete) casa possuem pisos cerâmicos, onde os mesmo deverão ser demolidos e preparados para recebimento de piso industrial de alta resistência.

A demolição do revestimento cerâmico ocorrerá também nas paredes de todos os banheiros em todas as casas e substituído por um novo revestimento, descrito a seguir.

Deverão ser demolidas e recuperadas as eventuais áreas de reboco que apresentem manifestações patológicas e na sequencia.

***Demolição de Elementos Vazados***

Todos os elementos vazados (cobogó) deverão ser demolidos para posteriormente serem substituídos por janelas de alumínio.

***Alvenarias***

As alvenarias serão executadas em tijolos cerâmicos 8 furos, nos locais indicados no projeto arquitetônico. Para o assentamento dos tijolos será empregada argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:2:8. As camas de alvenaria deverão possuir 40 cm de altura, sendo corrigida a altura daquelas que necessitarem.

***2 - Revestimentos***

***Chapisco***

Todas as paredes e lajes novas ou recuperadas deverão receber uma camada de chapisco de argamassa no traço 1:3 de cimento e areia grossa.

***Reboco ou Massa Única***

Todas as paredes novas ou recuperadas deverão receber uma camada de reboco (ou massa única) com argamassa no traço 1:2:8 de cimento, cal e areia fina.

***Revestimento Cerâmico***

As paredes dos banheiros e cozinha serão revestidas do piso até o forro com cerâmica esmaltada extra, textura lisa, PEI IV ou V, dimensões aproximadas de 45x45cm, tipo "A", cor branca, assentada sobre massa única sarrafeada, com argamassa colante do tipo ACII e rejunte cimentício pré-fabricado cor cinza. Por sua vez, as paredes da área de serviço serão revestidas até a altura de 1,50 m com o mesmo revestimento citado anteriormente.

As demais paredes internas serão revestidas até altura de 1,20m com cerâmica esmaltada extra, textura lisa, PEI IV ou V, dimensões aproximadas de 10x10cm (placa 30x30 cm com 9 peças de 10x10 cm), tipo "A", cor branca, assentada sobre massa única sarrafeada, com argamassa de cimento colante do tipo ACII e rejunte pré-fabricado cor cinza, conforme projeto arquitetônico.



Figura 1 – Revestimento 10x10 cm.

***3 - Pintura***

***Preparo da Superfície***

As áreas que receberem reboco novo deverão aguardar a cura e secagem da argamassa por no mínimo 14 dias, para posteriormente serem lixadas.

***Fundo Selador***

As paredes com reboco novo que receberão pintura ou textura deverão receber uma demão de Selador Acrílico ou Fundo Preparador de Parede.

***Emassamento e Lixamento***

As paredes internas que receberão pintura deverão ser emassadas e lixadas para fornecer um melhor acabamento da pintura.

***Pintura e Textura***

As paredes internas da edificação serão pintadas com Tinta PVA Látex Acrílica, cor branco gelo, duas demãos.

As paredes externas das fachadas receberão Textura Acrílica, com cor conforme o detalhamento das fachadas do projeto arquitetônico.



Figura 2 – Textura acrílica.

***4 - Forro***

***Forro PVC***

Todos os ambientes internos terão forro de PVC, frisado, branco neve, com réguas de 20 cm com espessura de 10 mm e comprimento de 6 metros, instaladas em estruturas com perfis canaleta no formato C em aço zincado suportados por pendural em aço galvanizado.



Figura 3 – Forro PVC.

***5 – Instalações elétricas***

Quanto às instalações elétricas, a fiação será com cabos elétricos de cobre flexíveis anti-chama com cores para fase, neutro, retorno e terra. Os eletrodutos deverão ser rígidos, soldáveis, cor preto. As caixas de passagem PVC 4x2” e 4x4”, cor amarela. Os módulos interruptor + tomada deverão ser em ABS, cor branca. As luminárias de sobrepor serão do tipo calha, para duas lâmpadas tubular de LED de 18/20 W, em chapa de aço tratada com pintura eletrostática em pó, com refletor metálico de alto rendimento e aletas em poliestireno transparente e/ou do tipo Plafon, de sobrepor, para uma lâmpada compacta de LED de 12/13W.

O quadro geral de distribuição “QGD” será monofásico, de embutir, confeccionado em chapa de aço galvanizado, pintado eletrostaticamente, para abrigar até 8 disjuntores monopolares, incluindo barramento monofásico, neutro e terra, aterramento e disjuntores.

Figura 4 – Luminária para duas lâmpadas tubular de LED e para uma lâmpada compacta de LED, respectivamente.

O projeto deverá constar ainda, mas não limitado a:

* Módulos interruptores simples e paralelos;
* Módulos de tomadas 2P+T;
* Espelhos e Suportes;
* Lâmpadas LED tubulares 18/20W;
* Lâmpadas LED compacta 12/13W;
* Luminárias para lâmpadas LED;
* Caixas, curvas, luvas, e demais conexões em PVC rígido;
* Caixa de passagem em alvenaria, fundo de brita e tampa removível;
* Buchas e parafusos de 1a qualidade.

As instalações elétricas da edificação deverão ser executadas conforme projeto elétrico fornecido pela CONTRATANTE.

***6 – Instalações hidrossanitárias***

***Instalações hidráulicas***

Está prevista a instalação de 2 (dois) reservatórios de polietileno de 2.000 litros em cada uma das 17 (dezessete) casas.



Figura 5 – Caixa de Polietileno FORTLEV ou Similar.

As instalações de água fria serão executadas de acordo com o projeto hidráulico a ser fornecido pela CONTRATANTE, utilizando-se tubos e conexões apropriados, de PVC soldável.

Os registros de gaveta e de pressão deverão possuir acabamento e canopla cromados em material de primeira qualidade

***Instalações sanitárias***

Todas as tubulações de esgoto serão em tubos de PVC rígido, série normal.

Está prevista a construção de uma caixa de gordura para a cozinha bem como duas caixas de inspeção para os banheiros.

Os equipamentos e peças hidrossanitárias constarão no mínimo de, mas não limitado a:

* Bacia sanitária com caixa acoplada, em louça, cor branca;
* Bancadas em granito para pias, com cuba de embutir em aço inoxidável;
* Bancadas em granito para lavatórios, com cuba de embutir, oval ou circular, em louça, cor branca;
* Tanque em mármore sintético com esfregador;
* Chuveiros em ABS, cor branca;
* Torneira de mesa metálica cromada de pressão 1/2", para lavatório, com sistema de acionamento hidromecânico;
* Torneira de parede metálica cromada de pressão 1/2", longa, para pias e tanques, com sistema de acionamento hidromecânico;
* Registro de pressão 3/4", com acabamento metálico cromado, com sistema de acionamento hidromecânico;
* Registros de gaveta de 1 1/4", com acabamento metálico cromado, com sistema de acionamento hidromecânico;
* Assentos convencional para vaso sanitário, cor branca;
* Válvulas em Metal Cromado para lavatórios, pias e tanques;
* Sifões flexíveis de PVC para lavatórios, pias e tanques;
* Caixas sifonadas 100x100x50mm em PVC, com porta-grelha quadrado;
* Engates flexíveis em PVC;

A instalação sanitária dos banheiros deverá ser ligada a caixas de inspeção 60x60x60cm, conforme projeto sanitário fornecido pela CONTRATANTE. Deverão ser pré-moldadas ou, alternativamente, construídas com tijolos maciços de boa qualidade, revestidas internamente com argamassa de cimento e areia, traço 1:4. A tampa deverá ser de concreto armado. A tubulação das caixas de passagem deverá ser interligada à fossa séptica existente, que por sua vez deverá ser interligada ao sumidouro. Os tubos de ventilação deverão ser executados conforme projeto.

***7 – Esquadrias***

As janelas dos ambientes de uso transitório (banheiros e refeitório) terão caixa e moldura das folhas em alumínio anodizado cor natural, folhas de correr com fechamento em vidro liso comum 4 mm, ferragens em alumínio, e deverão ser instaladas sobre peitoril de granito cinza andorinha com a utilização de contramarco de alumínio anodizado cor natural.

As janelas dos dormitórios terão caixa e moldura das folhas em alumínio anodizado cor natural, 4 (quatro) folhas de correr, tipo veneziana (50%) e vidro liso comum 4mm (50%), ferragens em alumínio, e deverão ser instaladas sobre peitoril de granito cinza andorinha com a utilização de contramarco de alumínio anodizado cor natural.



Figura 6 – Janela dos dormitórios.

Todas as janelas possuirão grades de proteção com barra chata, ao passo que aquelas dos dormitórios terão tela de nylon anti-mosquito.

As portas deverão ser lixadas e pintadas com esmalte sintético de alto brilho, sendo substituídas as dobradiças e fechaduras e instalados os alizares em todas elas. Avaliada a necessidade, as portas serão substituídas por outra do mesmo tipo.

***8 – Cobertura***

***Revisão de Telhado***

Todas as telhas deverão ser retiradas e substituídas àquelas que estejam quebradas. Na oportunidade também será feita a revisão da trama de madeira. Ao final deverão ser executados os acabamentos (cumeeira, beira e bica e telha virada) com argamassa de cimento e areia.

***Estrutura de apoio***

A estrutura de suporte da cobertura deverá ser executada em perfis de madeira de primeira qualidade, sendo rejeitadas pela fiscalização as peças que apresentarem defeitos que impliquem insegurança ou selamento da estrutura da cobertura.

***Telhamento***

A cobertura deverá ser executada com telhas de cerâmica capa-canal, do tipo colonial, apoiadas na estrutura de madeira, com inclinação conforme projeto arquitetônico.

***Beiral***

O beiral deverá ser executado em todo o contorno do telhado da edificação com madeira de primeira qualidade (de lei) e possuir largura de 10 cm.

***9 – Diversos***

***Bancadas e divisórias***

As bancadas dos lavatórios dos banheiros, da pia e do balcão da cozinha serão em granito cinza andorinha, bem como as divisórias do Box do chuveiro, sendo essa última com polimento em ambos os lados.

***Acessórios de banheiro***

Serão utilizados kits de acessórios para banheiro em metal cromado com 5 peças: 1 Porta sabonete, 1 Porta papel, 1 porta toalha de banho, 1 porta toalha rosto e 1 cabide. As buchas e parafusos deverão ser de 1a qualidade



Figura 7 – Kit de acessórios para banheiro.

***Capina e Limpeza do terreno***

Compreende os serviços de capina e remoção de entulhos existentes no local, deixando o terreno no interior do muro limpo ao final da obra.

***Peitoril e Soleira***

Todas as janelas receberão peitoris em granito cinza andorinha. Todas as portas dos banheiros receberão soleiras em granito cinza andorinha. Os peitoris e soleiras serão assentados com argamassa colante pronta.

***10 – Pisos internos***

***Contrapiso de Regularização***

Os locais onde serão executados os pisos cerâmico e industrial receberão previamente um contrapiso de regularização em argamassa de cimento e areia no traço 1:4, com uma espessura mínima de 20 mm.

***Piso Cerâmico***

Os pisos dos banheiros serão revestidos com cerâmica esmaltada extra, PEI IV ou V, dimensões aproximadas de 45x45cm, tipo "A", cor branca, assentada sobre contrapiso de regularização, com argamassa colante do tipo ACII e rejunte cimentício pré-fabricado cor cinza. A cerâmica a ser utilizada no piso do banheiro deverá ter esmalte levemente texturizado para mitigar o risco de escorregamento dos usuários.

***Piso Industrial de Alta Resistência***

Todos os ambientes, com exceção dos banheiros, receberão piso industrial de alta resistência, cor cinza, espessura 8mm, com juntas de dilatação plásticas e polimento mecanizado. Todas as áreas que possuírem piso industrial de alta resistência deverão receber polimento mecanizado, incluindo o tratamento de microfissuras com nata de cimento.

***11 – Urbanização***

Será executada uma calçada de interligação, com piso de blocos de concreto pré-moldado e intertravado, seguindo o alinhamento frontal de todas as casas.



Figura 9 – Calçada com piso intertravado.

***12 – Administração Local***

A administração local, estipulada conforme Acórdão Nº 2.622/2013 - TCU - Plenário, contempla o conjunto de gastos com pessoal de apoio à produção incorridos pelo executor no local. A administração local será paga em percentual proporcional à execução financeira da obra.

ANEXO XIV

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | |  | |  |  | **Obra** | **Bancos** | | **B.D.I.** | | **Encargos Sociais** | |
|  |  |  | SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA VILA UNIVERSITÁRIA MASCULINA DA UFERSA NO CAMPUS MOSSORÓ-RN | SINAPI - 05/2019 - Rio Grande do Norte ORSE - 03/2019 - Sergipe SEINFRA - 026 - Ceará | | 23,05% | | Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases. | |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA** | | | | | | | | | |
| **Item** | **Código** | **Banco** | **Descrição** | **Und** | **Quant.** | **Valor Unit** | **Valor Unit com BDI** | **Total** | **Peso (%)** |
| **1** |  |  | **SERVIÇOS PRELIMINARES** |  |  |  |  | **R$ 35.751,55** | **2,63 %** |
| 1.1 | 74209/001 | SINAPI | PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO | m² | 6,00 | R$ 337,33 | R$ 415,08 | R$ 2.490,48 | 0,18 % |
| 1.2 | 00000003 | Próprio | REGULARIZAÇÃO DA OBRA (CREA-RN) | UND | 1,00 | R$ 437,08 | R$ 537,83 | R$ 537,83 | 0,04 % |
| 1.3 | 97645 | SINAPI | REMOÇÃO DE JANELAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. | m² | 185,98 | R$ 17,04 | R$ 20,97 | R$ 3.900,00 | 0,29 % |
| 1.4 | 97634 | SINAPI | DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. | m² | 1139,00 | R$ 8,93 | R$ 10,99 | R$ 12.517,61 | 0,92 % |
| 1.4 | 8038 | ORSE | DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE ELEMENTOS VAZADOS (COBOGÓ), SEM REAPROVEITAMENTO. | m³ | 56,61 | R$ 28,01 | R$ 34,47 | R$ 1.951,35 | 0,14 % |
| 1.5 | 87495 | SINAPI | ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. | m² | 206,21 | R$ 56,57 | R$ 69,61 | R$ 14.354,28 | 1,05 % |
| **2** |  |  | **REVESTIMENTOS** |  |  |  |  | **R$ 266.863,68** | **19,61 %** |
| 2.1 | 87894 | SINAPI | CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. | m² | 260,44 | R$ 4,43 | R$ 5,45 | R$ 1.419,40 | 0,10 % |
| 2.2 | 90406 | SINAPI | MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM TETO, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. | m² | 600,61 | R$ 30,00 | R$ 36,92 | R$ 22.174,52 | 1,63 % |
| 2.3 | 00000080 | Próprio | ACABAMENTO DE FACES INTERNAS DE VÃOS DE EQUADRIAS OU DE PASSAGEM, EM ARGAMASSA NO TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA) COM ESPESSURA DE 20MM, COM LARGURA QUE VARIA ENTRE 13 E 20CM. | m | 717,40 | R$ 17,67 | R$ 21,74 | R$ 15.596,28 | 1,15 % |
| 2.4 | 0001389 | Próprio | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 10X10 CM (PLACA 30X30 CM COM 9 PEÇA 10X10 CM), INLCUSIVE REJUNTAMENTO. | m² | 1425,96 | R$ 59,70 | R$ 73,46 | R$ 104.751,02 | 7,70 % |
| 2.5 | 0001388 | Próprio | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM, INLCUSIVE REJUNTAMENTO. | m² | 1969,28 | R$ 50,73 | R$ 62,42 | R$ 122.922,46 | 9,03 % |
| **3** |  |  | **PINTURA** |  |  |  |  | **R$ 87.928,00** | **6,46 %** |
| 3.1 | 88485 | SINAPI | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. | m² | 1700,00 | R$ 1,69 | R$ 2,08 | R$ 3.536,00 | 0,26 % |
| 3.2 | 88489 | SINAPI | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. | m² | 1700,00 | R$ 10,39 | R$ 12,78 | R$ 21.726,00 | 1,60 % |
| 3.3 | 88484 | SINAPI | APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. | m² | 165,58 | R$ 1,98 | R$ 2,44 | R$ 404,02 | 0,03 % |
| 3.4 | 88488 | SINAPI | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. | m² | 165,58 | R$ 11,70 | R$ 14,40 | R$ 2.384,35 | 0,18 % |
| 3.5 | 88415 | SINAPI | APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. | m² | 1700,00 | R$ 1,96 | R$ 2,41 | R$ 4.097,00 | 0,30 % |
| 3.6 | 88423 | SINAPI | APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, UMA COR. | m² | 2454,80 | R$ 14,73 | R$ 18,13 | R$ 44.505,52 | 3,27 % |
| 3.7 | 0001017 | Próprio | PINTURA ESMALTE BRILHANTE PARA MADEIRA, DUAS DEMAOS. | m² | 392,70 | R$ 12,20 | R$ 15,01 | R$ 5.894,43 | 0,43 % |
| 3.8 | 7695 | ORSE | PINTURA DE GRADIL METÁLICO, COM 01 DEMÃO DE TINTA ANTI-CORROSIVA - ZARCÃO E 02 DEMÃOS DE ESMALTE SINTÉTICO (MEDIR SOMENTE UMA VEZ). | m² | 199,58 | R$ 21,91 | R$ 26,96 | R$ 5.380,68 | 0,40 % |
| **4** |  |  | **FORRO** |  |  |  |  | **R$ 94.678,66** | **6,96 %** |
| 4.1 | 96111 | SINAPI | FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. | m² | 1537,99 | R$ 50,03 | R$ 61,56 | R$ 94.678,66 | 6,96 % |
| **5** |  |  | **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS** |  |  |  |  | **R$ 157.117,57** | **11,55 %** |
| 5.1 | 93142 | SINAPI | PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. | UN | 306,00 | R$ 135,05 | R$ 166,18 | R$ 50.851,08 | 3,74 % |
| 5.2 | 93141 | SINAPI | PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. | UN | 102,00 | R$ 120,56 | R$ 148,35 | R$ 15.131,70 | 1,11 % |
| 5.3 | 93128 | SINAPI | PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA). | UN | 289,00 | R$ 99,48 | R$ 122,41 | R$ 35.376,49 | 2,60 % |
| 5.4 | 0001402 | Próprio | LUMINÁRIA DE SOBREPOR, TIPO CALHA, PARA DUAS LÂMPADAS TUBULAR DE LED DE 18/20 W, EM CHAPA DE AÇO TRATADA COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM PÓ, COM REFLETOR METÁLICO DE ALTO RENDIMENTO E ALETAS EM POLIESTIRENO TRANSPARENTE- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 221,00 | R$ 141,98 | R$ 174,71 | R$ 38.610,91 | 2,84 % |
| 5.5 | 97592 | SINAPI | LUMINÁRIA TIPO PLAFON, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 68,00 | R$ 89,80 | R$ 110,50 | R$ 7.514,00 | 0,55 % |
| 5.6 | 12222 | ORSE | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE EMBUTIR, EM CHAPA DE AÇO, PARA ATÉ 08 DISJUNTORES, COM BARRAMENTO, PADRÃO DIN, EXCLUSIVE DISJUNTORES. | un | 17,00 | R$ 116,49 | R$ 143,34 | R$ 2.436,78 | 0,18 % |
| 5.7 | 93654 | SINAPI | DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 51,00 | R$ 9,07 | R$ 11,16 | R$ 569,16 | 0,04 % |
| 5.9 | 93655 | SINAPI | DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 68,00 | R$ 9,84 | R$ 12,11 | R$ 823,48 | 0,06 % |
| 5.9 | 93657 | SINAPI | DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 17,00 | R$ 10,82 | R$ 13,31 | R$ 226,27 | 0,02 % |
| 5.10 | 91931 | SINAPI | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | M | 510,00 | R$ 6,34 | R$ 7,80 | R$ 3.978,00 | 0,29 % |
| 5.11 | 95731 | SINAPI | ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1’’), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | M | 170,00 | R$ 7,65 | R$ 9,41 | R$ 1.599,70 | 0,12 % |
| **6** |  |  | **INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS** |  |  |  |  | **R$ 188.403,52** | **13,85 %** |
| **6.1** |  |  | **INSTALAÇÕES DE ÁGUA FRIA** |  |  |  |  | **R$ 43.746,95** | **3,22 %** |
| 6.1.1 | 89957 | SINAPI | PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA, INCLUSOS RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA. | UN | 238,00 | R$ 89,03 | R$ 109,55 | R$ 26.072,90 | 1,92 % |
| 6.1.2 | 89446 | SINAPI | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | M | 102,00 | R$ 3,10 | R$ 3,81 | R$ 388,62 | 0,03 % |
| 6.1.3 | 89449 | SINAPI | TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | M | 102,00 | R$ 10,71 | R$ 13,18 | R$ 1.344,36 | 0,10 % |
| 6.1.4 | 94793 | SINAPI | REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/4”, COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 85,00 | R$ 103,05 | R$ 126,80 | R$ 10.778,00 | 0,79 % |
| 6.1.5 | 89985 | SINAPI | REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS. FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. | UN | 68,00 | R$ 52,11 | R$ 64,12 | R$ 4.360,16 | 0,32 % |
| 6.1.6 | 94489 | SINAPI | REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 17,00 | R$ 11,10 | R$ 13,66 | R$ 232,22 | 0,02 % |
| 6.1.7 | 94492 | SINAPI | REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 17,00 | R$ 27,28 | R$ 33,57 | R$ 570,69 | 0,04 % |
| **6.2** |  |  | **INSTALAÇÕES DE ESGOTO** |  |  |  |  | **R$ 39.941,16** | **2,94 %** |
| 6.2.1 | 0001252 | Próprio | PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DN 40 MM, TRECHO QUE VAI ATÉ O DESCONECTOR, CAIXA DE INSPEÇÃO OU TUBO DE QUEDA DE ESGOTO. | un | 136,00 | R$ 43,97 | R$ 54,11 | R$ 7.358,96 | 0,54 % |
| 6.2.2 | 0001253 | Próprio | PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DN 50 MM, TRECHO QUE VAI ATÉ O DESCONECTOR, CAIXA DE INSPEÇÃO OU TUBO DE QUEDA DE ESGOTO. | un | 34,00 | R$ 62,19 | R$ 76,52 | R$ 2.601,68 | 0,19 % |
| 6.2.3 | 0001254 | Próprio | PONTO DE ESGOTO COM TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DN 100 MM, TRECHO QUE VAI ATÉ A CAIXA DE INSPEÇÃO OU TUBO DE QUEDA DE ESGOTO. | pt | 68,00 | R$ 67,57 | R$ 83,14 | R$ 5.653,52 | 0,42 % |
| 6.2.4 | 89707 | SINAPI | CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. | UN | 85,00 | R$ 19,70 | R$ 24,24 | R$ 2.060,40 | 0,15 % |
| 6.2.5 | 89709 | SINAPI | RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. | UN | 85,00 | R$ 7,32 | R$ 9,01 | R$ 765,85 | 0,06 % |
| 6.2.6 | 74166/001 | SINAPI | CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO. | UN | 34,00 | R$ 221,10 | R$ 272,06 | R$ 9.250,04 | 0,68 % |
| 6.2.7 | 98108 | SINAPI | CAIXA DE GORDURA DUPLA (CAPACIDADE: 126 L), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 0,4X0,7 M, ALTURA INTERNA = 0,8 M. | UN | 17,00 | R$ 334,86 | R$ 412,05 | R$ 7.004,85 | 0,51 % |
| 6.2.8 | 89798 | SINAPI | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. | M | 102,00 | R$ 7,25 | R$ 8,92 | R$ 909,84 | 0,07 % |
| 6.2.9 | 89714 | SINAPI | TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. | M | 102,00 | R$ 34,55 | R$ 42,51 | R$ 4.336,02 | 0,32 % |
| **6.3** |  |  | **LOUÇAS, METAIS, BANCADAS E ACESSÓRIOS** |  |  |  |  | **R$ 104.715,41** | **7,70 %** |
| 6.3.1 | 0001213 | Próprio | BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO 0,35 M2, COM CUBA DE EMBUTIR CIRCULAR OU OVAL EM LOUÇA BRANCA (MENOR DIMENSÃO MAIOR OU IGUAL A 30 CM); VÁLVULA DE METAL CROMADO; SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC; ENGATE 30CM FLEXÍVEL EM PVC; E, TORNEIRA DE METAL CROMADO DE MESA PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 68,00 | R$ 373,55 | R$ 459,65 | R$ 31.256,20 | 2,30 % |
| 6.3.2 | 0001086 | Próprio | BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO 0,72 M2, COM CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL ALTURA MÉDIA, VÁLVULA AMERICANA EM METAL CROMADO, SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, ENGATE FLEXÍVEL 30 CM, TORNEIRA EM METAL CROMADO LONGA DE PAREDE PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 17,00 | R$ 570,98 | R$ 702,59 | R$ 11.944,03 | 0,88 % |
| 6.3.3 | 86929 | SINAPI | TANQUE DE MÁRMORE SINTÉTICO SUSPENSO, 22L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 17,00 | R$ 170,66 | R$ 210,00 | R$ 3.570,00 | 0,26 % |
| 6.3.4 | 86931 | SINAPI | VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM. | UN | 68,00 | R$ 353,92 | R$ 435,50 | R$ 29.614,00 | 2,18 % |
| 6.3.5 | C0797 | SEINFRA | CHUVEIRO PLÁSTICO (INSTALADO). | UN | 68,00 | R$ 11,59 | R$ 14,26 | R$ 969,68 | 0,07 % |
| 6.3.6 | 0001224 | Próprio | CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 2.000L - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 34,00 | R$ 654,00 | R$ 804,75 | R$ 27.361,50 | 2,01 % |
| **7** |  |  | **ESQUADRIAS** |  |  |  |  | **R$ 162.514,14** | **11,94 %** |
| 7.1 | 94573 | SINAPI | JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER, 4 FOLHAS, FIXAÇÃO COM PARAFUSO SOBRE CONTRAMARCO (EXCLUSIVE CONTRAMARCO), COM VIDROS, INCLUSIVE GUARNIÇÕES, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. | m² | 49,98 | R$ 204,22 | R$ 251,29 | R$ 12.559,47 | 0,92 % |
| 7.2 | 0001404 | Próprio | JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER, 4 FOLHAS, TIPO VENEZIANA (50%) E VIDRO (50%), FIXAÇÃO COM PARAFUSO SOBRE CONTRAMARCO (EXCLUSIVE CONTRAMARCO), COM VIDROS, INCLUSIVE GUARNIÇÕES,CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO. | m² | 149,60 | R$ 257,55 | R$ 316,92 | R$ 47.411,23 | 3,48 % |
| 7.3 | 0001405 | Próprio | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONTRAMARCO EM ALUMÍNIO PARA INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS. | m | 719,10 | R$ 12,83 | R$ 15,79 | R$ 11.354,59 | 0,83 % |
| 7.4 | 3149 | ORSE | PELÍCULA INSULFILM G5 (TRANSPARÊNCIA 5%) OU SIMILAR, APLICADA EM ESQUADRIA DE VIDRO. | m² | 199,58 | R$ 29,20 | R$ 35,93 | R$ 7.170,91 | 0,53 % |
| 7.5 | 8970 | ORSE | TELA DE NYLON TIPO MOSQUITEIRO COM MOLDURA EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL. | m² | 149,60 | R$ 56,14 | R$ 69,08 | R$ 10.334,37 | 0,76 % |
| 7.6 | 1848 | ORSE | GRADE PROTEÇÃO C/ BARRA CHATA 1/8" X 5/8". | m² | 199,58 | R$ 96,72 | R$ 119,01 | R$ 23.752,02 | 1,75 % |
| 7.7 | 91299 | SINAPI | PORTA DE MADEIRA MACIÇA (PESADA OU SUPERPESADA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 17,00 | R$ 661,32 | R$ 813,75 | R$ 13.833,75 | 1,02 % |
| 7.8 | 8961 | ORSE | DOBRADIÇA DE LATÃO CROMADO 3 1/2" X 3" COM ANEIS E PARAFUSOS. | un | 408,00 | R$ 37,44 | R$ 46,07 | R$ 18.796,56 | 1,38 % |
| 7.9 | 90830 | SINAPI | FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 68,00 | R$ 81,96 | R$ 100,85 | R$ 6.857,80 | 0,50 % |
| 7.10 | 90831 | SINAPI | FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 68,00 | R$ 64,24 | R$ 79,05 | R$ 5.375,40 | 0,40 % |
| 7.11 | 90826 | SINAPI | ALIZAR / GUARNIÇÃO DE 5X1,5CM PARA PORTA DE 60X210CM FIXADO COM PREGOS, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 68,00 | R$ 29,17 | R$ 35,89 | R$ 2.440,52 | 0,18 % |
| 7.12 | 90827 | SINAPI | ALIZAR / GUARNIÇÃO DE 5X1,5CM PARA PORTA DE 70X210CM FIXADO COM PREGOS, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 17,00 | R$ 30,45 | R$ 37,47 | R$ 636,99 | 0,05 % |
| 7.13 | 90828 | SINAPI | ALIZAR / GUARNIÇÃO DE 5X1,5CM PARA PORTA DE 80X210CM FIXADO COM PREGOS, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 51,00 | R$ 31,72 | R$ 39,03 | R$ 1.990,53 | 0,15 % |
| **8** |  |  | **COBERTURA** |  |  |  |  | **R$ 74.127,12** | **5,45 %** |
| 8.1 | 0001279 | Próprio | REVISÃO DE TELHADO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE 10% DAS TELHAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. | m² | 2626,16 | R$ 11,93 | R$ 14,68 | R$ 38.552,03 | 2,83 % |
| 8.2 | 92541 | SINAPI | TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. | m² | 108,12 | R$ 40,95 | R$ 50,39 | R$ 5.448,17 | 0,40 % |
| 8.3 | 94201 | SINAPI | TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. | m² | 108,12 | R$ 23,80 | R$ 29,29 | R$ 3.166,83 | 0,23 % |
| 8.4 | C3448 | SEINFRA | BEIRAL DE MADEIRA DE LEI L = 10 CM. | M | 840,14 | R$ 26,08 | R$ 32,09 | R$ 26.960,09 | 1,98 % |
| **9** |  |  | **DIVERSOS** |  |  |  |  | **R$ 56.731,99** | **4,17 %** |
| 9.1 | C4068 | SEINFRA | BANCADA DE GRANITO CINZA ANDORINHA E=2cm. | m² | 7,14 | R$ 242,90 | R$ 298,89 | R$ 2.134,07 | 0,16 % |
| 9.2 | C4070 | SEINFRA | DIVISÓRIA DE GRANITO CINZA ANDORINHA E=2cm. | m² | 48,96 | R$ 412,31 | R$ 507,35 | R$ 24.839,86 | 1,83 % |
| 9.3 | 0001223 | Próprio | ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | UN | 68,00 | R$ 27,97 | R$ 34,42 | R$ 2.340,56 | 0,17 % |
| 9.4 | 95546 | SINAPI | KIT DE ACESSORIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PECAS, INCLUSO FIXAÇÃO. | UN | 68,00 | R$ 58,48 | R$ 71,96 | R$ 4.893,28 | 0,36 % |
| 9.5 | 98689 | SINAPI | SOLEIRA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. | M | 40,80 | R$ 75,59 | R$ 93,01 | R$ 3.794,81 | 0,28 % |
| 9.6 | C1869 | SEINFRA | PEITORIL EM GRANITO CINZA ANDORINHA L= 15 cm. | M | 238,00 | R$ 61,56 | R$ 75,75 | R$ 18.028,50 | 1,32 % |
| 9.7 | 73859/002 | SINAPI | CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO. | m² | 527,00 | R$ 1,08 | R$ 1,33 | R$ 700,91 | 0,05 % |
| **10** |  |  | **PISOS INTERNOS** |  |  |  |  | **R$ 80.555,87** | **5,92 %** |
| 10.1 | 72136 | SINAPI | PISO INDUSTRIAL DE ALTA RESISTENCIA, ESPESSURA 8MM, INCLUSO JUNTAS DE DILATACAO PLASTICAS E POLIMENTO MECANIZADO. | m² | 428,57 | R$ 70,99 | R$ 87,35 | R$ 37.435,59 | 2,75 % |
| 10.2 | 2187 | ORSE | POLIMENTO DE PISO DE ALTA RESISTÊNCIA (EXISTENTE). | m² | 1028,84 | R$ 15,22 | R$ 18,73 | R$ 19.270,17 | 1,42 % |
| 10.3 | 87620 | SINAPI | CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM. | m² | 428,57 | R$ 24,29 | R$ 29,89 | R$ 12.809,96 | 0,94 % |
| 10.4 | 87251 | SINAPI | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM, INCLUSIVE REJUNTAMENTO. | m² | 228,48 | R$ 39,27 | R$ 48,32 | R$ 11.040,15 | 0,81 % |
| **11** |  |  | **URBANIZAÇÃO** |  |  |  |  | **R$ 73.865,00** | **5,43 %** |
| 11.1 | 0001387 | Próprio | EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 4 CM, INCLUSIVE COLCHÃO DE AREIA. | m² | 850,00 | R$ 42,90 | R$ 52,79 | R$ 44.871,50 | 3,30 % |
| 11.2 | 94273 | SINAPI | ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). | M | 850,00 | R$ 27,72 | R$ 34,11 | R$ 28.993,50 | 2,13 % |
| **12** |  |  | **ADMINISTRAÇÃO LOCAL** |  |  |  |  | **R$ 82.113,69** | **6,03 %** |
| 12.1 | 0001390 | Próprio | ADMINISTRAÇÃO LOCAL - VILA UNIVERSITÁRIA MASCULINA. | Und | 1,00 | R$ 66.731,97 | R$ 82.113,69 | R$ 82.113,69 | 6,03 % |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | | |  |  |  | |  | | |
|  | | |  |  |  | |  | | |
|  | | |  |  | **Total Geral** | | **R$ 1.360.650,79** | | |
|  |  |  |  |  | ESTE ORÇAMENTO IMPORTA EM **UM MILHÃO E TREZENTOS E SESSENTA MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS** | | | | |

ANEXO XVI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA E COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE ESCRITÓRIO NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN**

Declaro, para fins de qualificação técnica da proposta no Pregão nº\_\_\_/\_\_\_\_ da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, cujo objeto é \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, que a empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, possui, na presente data escritório na cidade de Mossoró/RN, localizada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ou que instalará escritório na cidade de Mossoró/RN no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência do contrato, Declaro ainda manter a referida unidade em atividade durante toda a vigência do contrato, em caso de adjudicação de nossa proposta.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura, nome legível e CPF do representante legal da empresa)

1. Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta, conforme Lei 13.161/2015. [↑](#footnote-ref-2)
2. Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta, conforme Lei 13.161/2015. [↑](#footnote-ref-3)